

Biden já tem estratégia

A nova estratégia de segurança nacional dos EUA é uma actualização fiel do internacionalismo liberal que desde o segundo pós-guerra constitui a tradição da política externa norte-americana.

Nuno Severiano Teixeira | Público | 19 de outubro de 2022

Há muito esperada e quase a meio do mandato, a administração Biden apresentou, finalmente, a nova estratégia de segurança nacional. E não surpreendeu. A nova estratégia é uma actualização fiel do internacionalismo liberal que desde o segundo pós-guerra constitui a tradição da política externa norte-americana. Roosevelt definiu-a, ainda, durante a guerra e traduzia-a na Carta do Atlântico, em 1941. Truman aplicou-a no pós-guerra. E desde 1947 que o National Security Act a materializou num consenso político e a codificou num diploma legal.

De então para cá, todos os presidentes americanos formularam a sua estratégia e todos, com a excepção de Trump, de acordo com a tradição do internacionalismo liberal. Isto é, os EUA deviam liderar uma ordem internacional baseada em regras e pautada pelo livre comércio, as instituições multilaterais e a democracia. E não por idealismo, mas ao contrário, por isso corresponder ao seu interesse nacional. Ora, a nova estratégia de Biden recusa qualquer retraimento americano e confirma a tradição internacionalista.

Uma estratégia de segurança identifica ameaças e desafios, e formula uma visão para lhes responder. E a nova estratégia americana não faz outra coisa. Primeiro, as ameaças externas, depois, os desafios internos. As ameaças externas são de duas naturezas. Primeiro, os EUA entraram numa nova fase de competição entre grandes potências, que radica não só em interesses divergentes, mas também em valores conflituantes: as democracias que se opõem às autocracias revisionistas. Aí não há dúvidas e essa é a prioridade americana: conter a Rússia e competir com a China.

Depois, há as ameaças transnacionais e a estratégia é inclusiva às de natureza não militar. Embora em segundo plano, são muitas e globais: da mudança climática ao terrorismo, das pandemias à segurança alimentar, da proliferação de armas de destruição maciça à cibersegurança. E também aí a estratégia é clara: a forma mais eficaz de combater as ameaças, em ambas as frentes, é a cooperação internacional. E, claro está, na boa tradição liberal, a cooperação entre democracias. Mas, agora, com uma novidade: de modo mais flexível e à procura de coligações mais alargadas. É que a dicotomia rígida entre democracia e autocracia não só é demasiado simplista, como sobretudo, os EUA perceberam que tal dicotomia afastava regimes políticos não democráticos que poderiam querer apoiar Washington. É o realismo de uma estratégia liberal que encara a cooperação com regimes não democráticos, desde que recusem

expressamente o uso da força para alterar fronteiras. A pensar, certamente, na Ucrânia e em Taiwan.

Mas a nova estratégia não esquece, também, os desafios internos, no topo dos quais coloca o crescimento económico e o reforço da democracia. Capacidade económica e consenso político na ordem interna são cruciais para competir na ordem internacional. E a estratégia revela consciência de como as clivagens sociais e a polarização política enfraquecem o país. E aponta as prioridades para lhes fazer face: investimento nas infra-estruturas; reindustrialização; educação e ciência; e reforço das instituições democráticas.

Não há estratégia perfeita e esta não é excepção. Não há consenso sobre ela e as contradições e omissões motivaram as mais diversas críticas. De entre essas, há duas que me preocupam especialmente. Primeiro, as relações com o Sul Global. Como o mundo da Guerra Fria dividido em dois blocos gerou um terceiro não-alinhado, também hoje a luta pela hegemonia entre democracias e autocracias começa a gerar um terceiro campo que não se revê nessa competição. É uma guerra que não sentem como sua e tendem para a neutralidade. A estratégia não dá importância ao tema e, no entanto, o certo é que os EUA não estão a ganhar a batalha da narrativa no Sul Global.

Depois, o *burden sharing* no quadro da NATO, questão que nos diz directamente respeito, a nós europeus. O *burden sharing* não é só uma forma de os EUA reduzirem a sua despesa com a defesa europeia, é também uma forma de mitigar o desequilíbrio do seu poder relativo no quadro da NATO. E, inversamente, maior investimento dos aliados europeus na sua defesa significa reduzir a sua subalternidade militar. E não só, poder ser um aliado credível dos EUA, mas sobretudo, poder proteger-se autonomamente quando os americanos não quiserem intervir na Europa numa qualquer guerra futura. A estratégia americana quase ignora o tema. Nós, europeus, não o podemos ignorar.

<https://www.publico.pt/2022/10/19/opiniao/opiniao/biden-ja-estrategia-2024538>